

Aula 5

POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA NO BRASIL

META

Refletir sobre as características da população brasileira como fundamento para a compreensão da organização do território e das políticas de planejamento e desenvolvimento do país.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Analisar as características da população brasileira como consequência de um processo evolutivos da organização econômica e política do país.
- Identificar as principais características da população brasileira como base para entender os seus problemas.

PRÉ-REQUISITOS

Disposição para vivenciar procedimentos de orientação comportamentalista e para opinar sobre a sua aplicabilidade no nosso cotidiano.

Debora Barbosa da Silva

INTRODUÇÃO

Caros (as) alunos (as),

A população de um país está representada pelo número de pessoas que habitam o território nacional. Os fatos históricos ocorridos em um país têm consequências evolutivas nas condições de vida e no modo de viver da população, portanto, suas características revelam suas tendências e seus problemas econômicos, sociais e políticos.

A população brasileira apresenta algumas singularidades que a diferem do contexto da maioria dos países da periferia do sistema capitalista. Portanto, utilizaremos dos registros numéricos obtidos através dos censos realizados pelo IBGE para caracterizar a população brasileira quanto aos aspectos evolutivos do crescimento demográfico, suas causas e repercussões na estrutura econômica e social do país.



(Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br>)

A POPULAÇÃO BRASILEIRA

A população brasileira apresenta diferenças étnicas e socioeconômicas que caracterizam singularidades regionais e fenômenos populacionais que podem constituir problemas na organização social, econômica e política do território. As características da população são aspectos potenciais a serem considerados no embasamento do planejamento e das estratégias para os programas de desenvolvimento no Brasil.

Compreender a dinâmica populacional através da forma como está estruturada a população é um dos grandes desafios para entender os seus problemas e criar estratégias para viabilizar o desenvolvimento social. Aspectos da população como idade, óbitos, nascimentos, rendimentos, dentre outros, possibilitam analisar através de números estatísticos e entender a organização do espaço.

Em Geografia da População, tradicionalmente, era estudada a abordagem Malthusiana para explicar alguns aspectos da população e as possíveis projeções como forma de explicar alguns problemas sociais. Pois, Thomas Robert Malthus em 1798, na publicação *Essay on the Principle of population*, demonstrou que a população mundial tinha uma tendência de crescimento em progressão geométrica enquanto que a produção de alimentos tinha uma progressão aritmética. Esta afirmativa foi baseada na **Lei Dos Rendimentos Decrescentes**, levando Malthus a acreditar que havia desproporcionalidade entre o crescimento da população e a produção de alimentos, razão dos principais problemas enfrentados pelas populações da época.

Ver glossário no final da Aula

Contudo, Malthus não considerou que a história econômica e política no mundo influenciavam as características da população. Desse modo, alguns fatores da história mundial foram essenciais para compreender a relação entre as características da população e os fatos vividos no seu cotidiano como a evolução das técnicas de produção e o desenvolvimento tecnológico, inicialmente nos países do centro do sistema capitalista, aplicados principalmente à agricultura, com destaque a partir do século XIX, que possibilitou a redução das taxas de crescimento populacional, nos países desenvolvidos. E, portanto, a teoria de Malthus foi rejeitada, pois foi evidenciado que os problemas de uma população são originados a partir da organização estrutural da economia e da política de um país.

Com a refutação dessa teoria, as pesquisas sobre as características demográficas foram incorporadas aos estudos econômicos inusitadamente, passando a buscar explicações nos fenômenos demográficos para explicar a economia. Esta relação entre demografia e econômica contribuiu para explicar fenômenos sociais como **mortalidade**, **mortalidade infantil**, **natalidade**, e **fecundidade** nos países, auxiliando na compreensão da evolução do **crescimento natural** da população.

As pesquisas demográficas possibilitaram a realização de estudos sobre a população em diversas áreas do conhecimento, principalmente, na Sociologia, na Geografia e na Economia, além do conhecimento qualitativo e quantitativo do **efetivo populacional** que passou a ser de grande interesse, inicialmente, para os países desenvolvidos, pois necessitavam de informações para utilizar o planejamento como instrumento para o desenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, a criação da Liga das Nações e da ONU (Organização das nações Unidas) propiciou um avanço no conhecimento das informações sobre a população mundial através dos recenseamentos periódicos para o controle regular dos problemas populacionais e orientação das medidas a serem adotadas.

A mundialização da economia representada pelo comércio internacional e pela associação entre os investimentos de capital público e privado depende de informações consistentes sobre as características da população como **estrutura etária**, composição por sexo, atividades de trabalho por setores, alfabetização, rendimentos, dentre outras, que embasarão as políticas adotadas para os programas de investimentos econômicos e sociais no país.

No Brasil, as políticas educacionais, de emprego, habitação, saneamento básico, dentre outras, são fundamentadas em dados numéricos sobre o crescimento demográfico e a distribuição da população, tornando importante o conhecimento da demografia e da Geografia da População.

Desse modo, busca-se explicar os fatores envolvidos e as diferentes características que apresentam a população brasileira em suas diferentes regiões, pois variam conforme o estado, o município e a região. Esta variação teve como fatores principais a ocupação desigual do território brasileiro, a diversificação das atividades econômicas e de políticas econômicas adotadas, além do desenvolvimento econômico desigual nas regiões como consequência da ausência de políticas de investimentos igualitárias.

A partir de 1889, a obrigatoriedade do registro civil possibilitou ao Estado ter o controle dos números da sua população, principalmente quanto aos nascimentos, mortes e casamentos. No Brasil, apesar dos recenseamentos já existirem de forma irregular, com a criação do IBGE em 1938 estes passaram a serem realizados com maior periodicidade a partir de 1940, levando ao Brasil a ter um maior controle sobre as características de sua população com a finalidade de identificar e analisar os seus problemas.

CARACTERÍSTICAS DA DINÂMICA DEMOGRAFICA BRASILEIRA

A partir do gráfico 1 pode-se verificar que houve uma redução na taxa de crescimento demográfico do Brasil, isto é, a população continuou a crescer, porém os percentuais de crescimento passam a ser inferiores com o passar do tempo. Baseando-se em informações de Scarlato (2009) entre os anos

de 1950 e 2000 houve uma desaceleração do crescimento demográfico no Brasil, pois entre 1950 e 1960 a população teve um crescimento de 3,17%, enquanto que entre 1970 e 1980 o crescimento foi de 2,48%. Porém, os registros do censo realizado pelo IBGE em 2010, registrou uma população de 190.755.799.

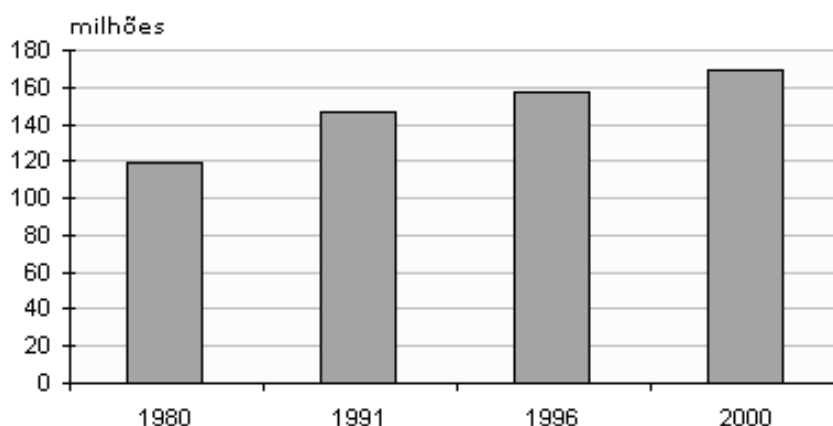


Gráfico 1 – Evolução do crescimento demográfico do Brasil entre 1980 e 2000.
(Fonte: <http://www.ibge.gov.br>).

Dentre os principais fatores que contribuíram para a redução do crescimento demográfico no Brasil estão a redução da taxa de fecundidade da população que em 1960 foi de 6,28, em 2000 foi registrado 2,39% e em 2008 foi 1,86, conforme demonstrado na Tabela 1. Além disso, a redução da taxa de natalidade registrada ocorreu concomitantemente ao processo de urbanização e aumento das dificuldades para manter a criação de filhos contribuindo para estes resultados.

Tabela 1 – Evolução dos Indicadores Demográficos do Brasil – 1990-2008

| Indicadores demográficos | 1990 | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Esperanças de vida ao nascer (anos) | 66,57 | 68,49 | 70,43 | 70,71 | 71,00 | 71,29 | 71,59 | 71,88 | 72,18 | 72,48 | 72,78 |
| Taxa de natalidade (por mil hab.) | 24,21 | 21,93 | 21,13 | 20,84 | 20,33 | 19,76 | 19,12 | 18,45 | 17,75 | 17,06 | 16,38 |
| Taxa de mortalidade (por mil hab.) | 6,95 | 6,55 | 6,34 | 6,33 | 6,32 | 6,30 | 6,29 | 6,28 | 6,27 | 6,27 | 6,27 |
| Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) | 47,00 | 37,90 | 30,10 | 29,20 | 28,40 | 27,50 | 26,60 | 25,80 | 25,00 | 24,10 | 23,30 |
| Taxa de fecundidade total | 2,79 | 2,51 | 2,39 | 2,34 | 2,27 | 2,20 | 2,13 | 2,06 | 1,99 | 1,93 | 1,86 |

(Fonte: IBGE, Indicadores demográficos, 2011. <http://www.ibge.gov.br>).

Para Scarlato (2009), associada à urbanização, melhorias no saneamento, evolução das técnicas da medicina e da produção de medicamentos aliada à melhoria no atendimento de crianças em centros de puericultura nas cidades favoreceram a redução das taxas de mortalidade infantil que em 1960 era de 118,13%, em 1989 foi de 51,07% e em 2000 foi de 6,28%.

Ao Analisar os indicadores demográficos do Brasil entre os anos de 1990 e 2008 é visível o aumento da expectativa de vida da população que em 2008 era de 72,78 anos e a redução das taxas de mortalidade e mortalidade infantil.

Esses dados foram acompanharam da redução da população da faixa etária de 0 a 14 anos, aumento do número de pessoas na faixa de 15 a 64 anos e do aumento da população de idosos no Brasil de 1980 a 2000, conforme o gráfico 2.

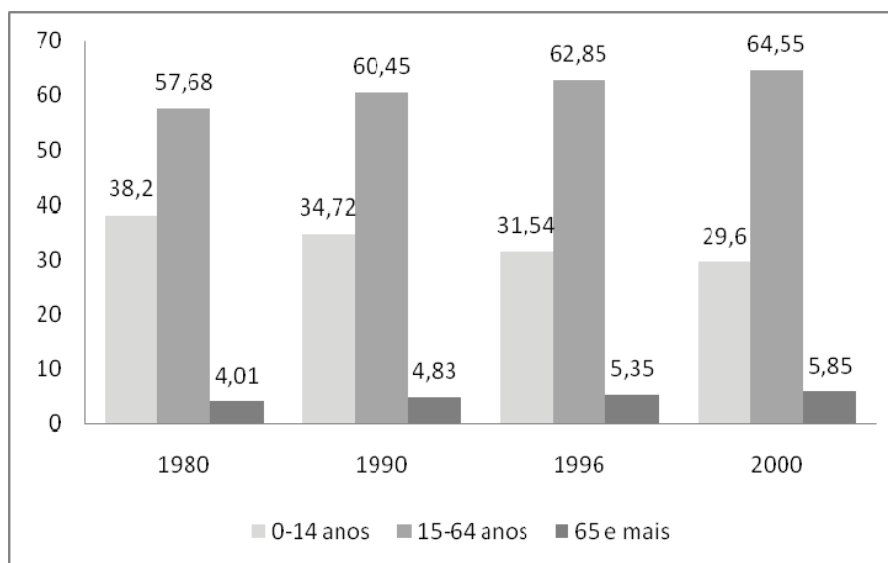


Gráfico 2 – Distribuição da população brasileira por grandes grupos de idade 1980-2000.
(Fonte: Baseado em dados do IBGE, 2011. <http://www.ibge.gov.br>).

Estas características mostram uma alteração na estrutura etária do Brasil ampliando o número de idosos e notificando o envelhecimento da população brasileira conforme o Gráfico 3. Em virtude deste fato para assegurar os direitos do idoso foi criado o Estatuto do Idoso adequando as leis do país a esta nova realidade. Outra consequência foi a alteração nas regras da Previdência Social aumentando o tempo de contribuição e a idade para requerer a aposentadoria.

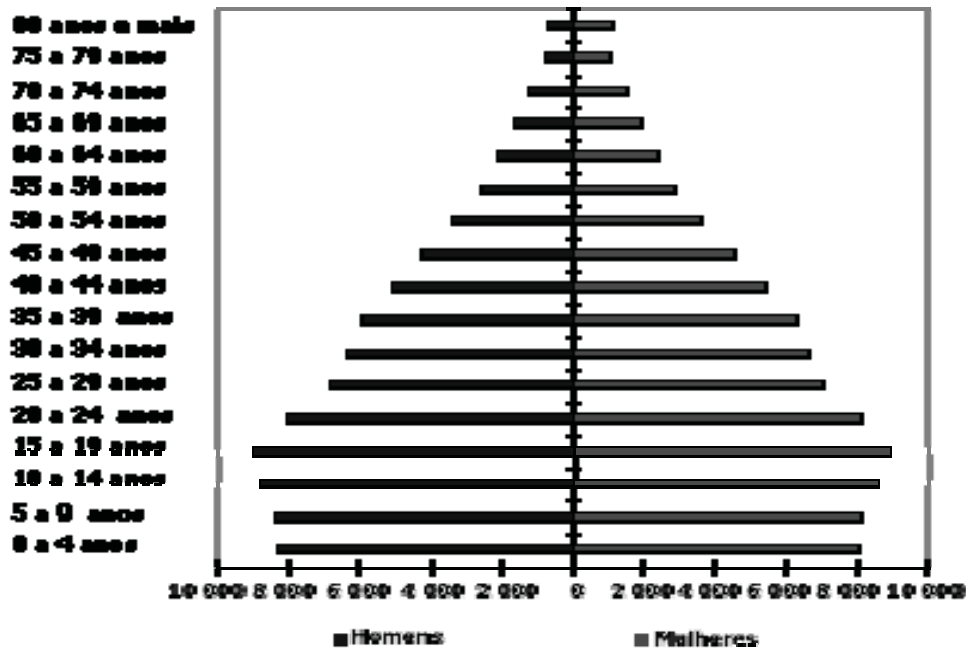


Gráfico 3 - Pirâmide Etária Absoluta
(Fonte: <http://www.ibge.gov.br>).

Segundo o IBGE (2011), a população brasileira na faixa etária de 0 a 14 anos de idades em 1980 era de 38,2%, apresentando uma redução progressiva verificada em 1990 e 2000 cujos respectivos índices foram de 34,72% e 29,60%. A população de idosos com mais 65 anos de idade em 1980 era de 4,01, em 1990 aumentou para 4,83 e no ano 2000 foi de 5,85.

A desaceleração no ritmo de crescimento da população brasileira nas últimas décadas não favoreceram o progresso social, a distribuição de renda e a melhoria da economia. O Brasil é um dos países que tem uma das piores níveis de distribuição de renda do globo. Ao observar a Tabela 2 que apresenta a evolução da população ativa que tem rendimentos de até dois salários mínimos pode-se concluir que 60% da população brasileira tem sua condição de vida restrita em razão de ter rendimentos de até dois salários mínimos enquanto que 0,7% da população vive com rendimento igual ou superior a 20 salários mínimos caracterizando grave desigualdade de distribuição da renda no país.

Tabela 2 – Rendimentos da população ocupada no Brasil 2006-2008

| Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|-------|-------|-------|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Até 1/2 salário mínimo | 9,9 | 8,4 | 9,8 |
| Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 21,2 | 19,3 | 19,3 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 29,5 | 30,7 | 31,0 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 10,5 | 11,6 | 11,6 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 7,4 | 8,3 | 8,9 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 6,3 | 6,3 | 5,4 |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 2,2 | 2,3 | 2,1 |
| Mais de 20 salários mínimos | 0,8 | 0,8 | 0,7 |
| Sem rendimento (1) | 10,9 | 10,4 | 9,4 |
| Sem declaração | 1,4 | 1,7 | 1,8 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011.

A industrialização do Brasil favoreceu a redistribuição da população economicamente ativa nos vários setores da economia, contudo não solucionou o problema com a oferta de emprego. Desse modo, o Brasil deixou de ser um país agrícola com uma redução da população empregada no setor primário da economia enquanto que houve um significativo incremento da população que trabalha no setor terciário.

Estes fatos influenciaram a distribuição da população no território nacional, pois enquanto em 1950 a maior parte da população brasileira residia na zona urbana, em 1990 houve um incremento da população urbana concentrando um efetivo de 110.875.826 habitantes, enquanto que em 2010 foi registrado 160.925.792, conforma a tabela 3.

Tabela 3 – População residente por situação de domicílio entre 1950-2010.

| | Brasil | | | Sergipe | | |
|-------------|-------------|-------------|------------|-----------|-----------|---------|
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| 1950 | 51.944.397 | 18.782.891 | 33.161.506 | 644.361 | 204.984 | 439.377 |
| 1960 | 70.992.343 | 32.004.817 | 38.987.526 | 760.273 | 295.929 | 464.344 |
| 1970 | 94.508.583 | 52.904.744 | 41.603.839 | 911.251 | 421.358 | 489.893 |
| 1980 | 121.150.573 | 82.013.375 | 39.137.198 | 1.156.642 | 629.415 | 527.227 |
| 1991 | 146.917.459 | 110.875.826 | 36.041.633 | 1.491.867 | 1.001.940 | 489.927 |
| 2000 | 169.590.693 | 137.755.550 | 31.835.143 | 1.781.714 | 1.271.465 | 510.249 |
| 2010 | 190.755.799 | 160.925.792 | 29.830.007 | 2.068.017 | 1.520.366 | 547.651 |

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2010.
(<http://www.sidra.ibge.gov.br>).

A região sudeste devido ao maior desenvolvimento da industrialização sempre se destacou por apresentar a maior população ocupada no setor secundário. Na região nordeste a agricultura ainda é uma atividade que emprega muitos trabalhadores, principalmente, temporários recrutado na época da colheita.

Segundo dados do IBGE (2011), o estado de Sergipe apresenta uma população em 2010 de 2.068.017 habitantes, densidade demográfica de 94,33 hab/Km² distribuídos em 75 municípios.

Conforme registrado para o Brasil, em Sergipe houve uma evolução demográfica que apresenta um significativo aumento da população urbana entre 1950 e 2010, sendo que, atualmente, apenas 26,4% da população sergipana são residentes na zona rural, conforme a Tabela 4.

Ao observar os dados da Tabela 4 pode-se evidenciar que a maior parte da população brasileira é constituída por mulheres, enquanto que o estado de Sergipe apresenta um maior equilíbrio na distribuição, por sexo, do efetivo populacional. Contudo o município de Aracaju apresenta uma população total de mulheres superior aos de homens, sendo que a maior parte destas estão inseridas nas faixas etárias entre 20 e 39 anos de idade.

Tabela 4 – População residente, por sexo 2010

| População Residente 2010 | | | |
|--------------------------|-------------|-----------|---------|
| | Brasil | Sergipe | Aracaju |
| Homens | 93.406.990 | 1.005.041 | 265.484 |
| Mulheres | 97.348.809 | 1.062.976 | 305.665 |
| Total | 190.755.799 | 2.068.017 | 571.149 |

(Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2010. <http://www.ibge.gov.br>).

Ao analisar a tabela 5 pode-se observar seguindo o padrão da distribuição da população brasileira por situação de domicílio, no estado de Sergipe a maioria da população é residente em centros urbanos e que a maioria é de mulheres enquanto que a zona rural de Sergipe tem uma população de homens superior a de mulheres correspondendo a 51,33% similarmente aos dados aferidos para o território brasileiro.

Tabela 5 - População residente urbana e rural, por sexo 2010.

| Território | População Residente por domicílio e sexo 2010 | | | | | |
|------------|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| | Urbana | | | Rural | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Sergipe | 1.520.366 | 723.916 | 796.450 | 547.651 | 281.125 | 266.526 |
| Brasil | 160.925.792 | 77.710.174 | 83.215.618 | 29.830.007 | 15.696.816 | 14.133.191 |

(Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2010. <http://www.sidra.ibge.gov.br>).

A análise das condições de vida da população sergipana frente às médias nacionais tem como referência a síntese de indicadores sociais 2010 realizada pelo IBGE (2011) que registrou no ano de 2009 uma taxa de fecundidade de 1,84 – sendo um índice menor que a média nacional registrada em 2000 que foi de 2,20. Ainda, para o mesmo ano a taxa de mortalidade infantil foi de 31,4%, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade 16,3% enquanto que a taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade 28,6%.

A distribuição da população de um país é significativamente influenciada pelos **fluxos migratórios**. Este movimento de população pode ter como principais razões involuntárias as condições naturais, além dos conflitos étnicos e políticos enquanto que as **migrações voluntárias** geralmente, estão associadas ao desejo de melhoria de vida ou ascensão social, pois muitas vezes, a população tem sua qualidade de vida e sobrevivência comprometida em razão da estrutura social e econômica do local de origem

No Brasil, as condições socioeconômicas da população foram os maiores incentivadores dos fluxos **migratórios internos**. Historicamente, as regiões Nordeste e Norte apresentam as menores rendas per capita do país apesar do ano 2000 registrar uma redução, além da acentuada desigualdade na distribuição de renda.

A região Nordeste durante muito tempo foi o principal local de origem dos fluxos migratórios no Brasil, principalmente em direção ao sudeste. Contudo, nas últimas décadas esta região tem sido caracterizada pelo aumento da migração intra-regional. No período de 1960 a 2000 as transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo, a mecanização da agricultura, a ampliação da agropecuária, além da especulação imobiliária e da atração que as cidades exerciam através da veiculação da mídia e do desejo de consumir os produtos e serviços da vida citadina impulsionaram a migração campo-cidade caracterizando o **êxodo rural**.

A maior industrialização das cidades da região sudeste elevou as taxas de urbanização. Apesar de apresentar uma redução nas taxas de crescimento populacional nos últimos anos, esta região ainda apresenta-se como a mais **populosa** e registra as maiores **densidades demográficas** do Brasil, porém a partir da década de 70, a política de descentralização da produção industrial tem contribuído para atenuar o aumento destes índices.

Apesar das transformações ocorridas, no Brasil ainda convivem relações de trabalho capitalistas e tradicionais, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste excluindo os trabalhadores das benesses da vida moderna e impelindo-os a migrar para os centros urbanos.

Nas regiões Sudeste e Sul devido a integração de mercados, a tecnologia e à industrialização mais intensa os trabalhadores têm melhores condições de vida, principalmente, nas regiões metropolitanas por serem favorecidas com alocação de serviços.

A maior parte da população migrante concentrou-se nas regiões metropolitanas em razão de serem pólos atrativos de investimentos industriais de bens de consumo duráveis e serviços. Nestes espaços, também se desenvolveu intensamente a economia informal aumentando a possibilidade de trabalho que atrai fluxos migratórios, principalmente, de migrantes jovens em direção aos centros metropolitanos regionais e nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Os movimentos migratórios no Brasil, quase sempre foram acompanhados de conflitos e trouxeram para as grandes metrópoles a intensificação dos problemas como oferta de emprego, transporte coletivo, habitação, saneamento e serviços públicos como saneamento, educação e saúde para a população residente. A condição de pobreza dos migrantes é raramente superada nos locais de destino contribuindo para ampliar as favelas e cortiços que caracterizam a precariedade das condições de vida da maioria dos migrantes que se instalam nas periferias das grandes cidades.

CONCLUSÃO

Nesta aula observou-se que a população brasileira apresenta características que variaram ao longo do tempo concomitantemente com as transformações econômicas, políticas em nível local, regional e global. Importante se faz conhecer a população brasileira em todos os seus aspectos tendo em vista que os dados estatísticos não revelam as reais dificuldades e mazelas vividas pela população, mas podem embasar a análise e compreensão das condições de vida dos brasileiros a partir dos indicadores sociais.



RESUMO

Nesta aula vimos que, atualmente, a população brasileira apresenta um crescimento demográfico inferior ao do início do século XX caracterizado pela redução das taxas de natalidade, de fecundidade e aumento da esperança de vida denotando o envelhecimento da população, além da redução dos índices de mortalidade e mortalidade infantil. Esses dados constituem indicadores sociais que revelam a melhoria na qualidade de vida da população, mas ainda não significam que a população brasileira vive em condições sociais e sócio-econômicas satisfatórias quando comparada à qualidade de vida nos países desenvolvidos.



ATIVIDADES

Relacione as principais características da população brasileira.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula estudaremos a urbanização brasileira como fator de transformação do espaço e da vida humana.



AUTOAVALIAÇÃO

Você deverá, ao término desta aula, conhecer as principais características da população brasileira e do estado de Sergipe na atualidade.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=se&tema=sis_2010. Acesso em: julho de 2011.

_____. **Evolução do crescimento demográfico do Brasil entre 1980 e 2000**. Disponível em : http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/. Acesso em: julho de 2011.

_____. **População residente por situação de domicílio entre 1950-2010**. Disponível em : <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1288&z=cd&o=3&i=P>. Acesso em : julho de 2011.

_____. **População residente, por sexo 2010**. Disponível em : http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=se&tema=sinopse_censodemog2010. Acesso em : julho de 2011.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil. 6ªed. São Paulo: Edusp, 2009.

GLÓSSARIO

Lei Dos Rendimentos Decrescentes: o ingresso de trabalhadores no processo produtivo de alimentos não propicia uma ampliação do excedente de alimentos proporcional ao ingresso.

Mortalidade: número dos que morrem.

Mortalidade infantil: número de crianças que morrem antes completar um ano de vida.

Natalidade: número dos nascidos.

Fecundidade: relação entre o número de crianças menores de 5 anos e o número de mulheres em idade reprodutiva, ou seja, entre 15 e 44 anos de idade.

Crescimento natural: diferença entre o número dos que nascem e morrem.

Efetivo populacional: estoque populacional disponível.

Estrutura etária: distribuição da população por idade.

Fluxos migratórios: deslocamentos internos e externos da população de um país.

Migrações voluntárias: deslocamentos onde a população escolhe a saída do local de origem e o seu destino.

Migratórios internos: deslocamentos onde a população dentro do mesmo país.

Êxodo rural: deslocamentos de população do campo para a cidade.

Populosa: O: elevado número de população total.

Densidades demográficas: número de habitantes por Km².